

18º Congresso Brasileiro de Sociologia

Grupo de Trabalho: GT 26 - Conflitos sociambientais

**A atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco e da ONG
Canoa de Tolda no Baixo São Francisco**

SILVA, Tania Elias Magno da – Universidade Federal de Sergipe

GUEDES, Cristiane Montalvão – Universidade Federal de Sergipe/Instituto
Federal de Sergipe

Brasília (DF)

26 a 29 de Julho de 2017

A atuação do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco e da ONG Canoa de Tolda no Baixo São Francisco¹.

SILVA, Tania Elias Magno da – Universidade Federal de Sergipe – taniamagno@uol.com.br – (79) 3211 8078; GUEDES, Cristiane Montalvão – Universidade Federal de Sergipe/Instituto Federal de Sergipe – cristianemontalvao@yahoo.com.br – (79) 99840 1789.

Resumo

A bacia hidrográfica do São Francisco tem sido alvo de ações governamentais, seguindo o modelo de desenvolvimento para o Nordeste do Brasil que privilegia a energia e a irrigação. Tais ações têm modificado a paisagem ambiental, refletindo na sobrevivência econômica de barqueiros, pescadores e pequenos agricultores desde a construção das grandes barragens até às recentes operacionalizações das usinas hidrelétricas do São Francisco. O objetivo do artigo é discutir a atuação da ONG Canoa de Tolda e do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco (CBHSF), frente a dinâmicas diferenciadas sobre o domínio da água. A discussão tem como base empírica a análise de documentos produzidos pelo Comitê e pela ONG, e de depoimentos de seus membros e ribeirinhos.

Palavras chave: Sociologia. Políticas Públicas. CBHSF. ONG Canoa de Tolda. Rio São Francisco.

Introdução

A questão ambiental tem sido um dos grandes desafios do século XXI, em específico, quando se fala da problemática da água. Neste aspecto, os rios

¹ A presente comunicação teve acesso a dados cedidos pela doutoranda em Sociologia Ângela P. D Damasceno, pesquisadora do GEPIIS/UFS, grupo de pesquisa que conta com a presidência da Profa. Dra. Tania Elias Magno da Silva.

aparecem como importantes fontes de recursos naturais sujeitos ao uso nada equitativo por parte de setores da sociedade, com o aval do poder público.

Apesar de o Governo Federal instituir a Lei 9.433/1997, visando a resguardar os recursos hídricos do país pela Política Nacional de Recursos Hídricos, dando início ao SNGRH (Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos), ele vem adotando medidas que prejudicam a quantidade e a qualidade do rio, das quais o rio São Francisco está sujeito.

Um dos pontos essenciais da referida lei é o uso múltiplo do rio. Todavia, a população ribeirinha vem encontrando dificuldade de utilizar as águas do rio para a sua sobrevivência, principalmente na área conhecida como Baixo São Francisco, localizada entre os Estados de Alagoas e de Sergipe, onde se encontra sua foz.

O baixo São Francisco é uma região historicamente considerada pobre, cuja população contava antes da regularização do rio (com a construção de usinas hidrelétricas e suas operacionalizações) com suas águas para seu sustento, utilizando-se do plantio do arroz e de outros produtos agrícolas de subsistência, da pesca e da navegação, atividades tradicionais da região (CAPPIO, MARTINS e KIRCHNER, 1995; RIEPER, 2001 e SILVA, 2003).

Preocupada com o quadro físico e social do Baixo São Francisco, a Sociedade Socioambiental Canoa de Tolda² vem, há uma década, lutando pela “vida” do São Francisco. No entanto, enfrenta dificuldades diversas, como a falta de recursos financeiros para dar prosseguimento a umas de suas atuais atividades: a preservação, conservação e recuperação da biodiversidade da Reserva Mato da Onça, em Pão de Açúcar (AL); além do enfrentamento de divergências em relação a certos posicionamentos do CBHSF (Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco), órgão participativo e descentralizado que conta com uma pluralidade de usuários como membros.

² Neste artigo, optamos em fazer maior referência à ONG Canoa de Tolda em decorrência de suas ações socioambientais no Baixo São Francisco nos últimos anos.

1 Degradação do rio São Francisco

O aspecto técnico-econômico-industrial da vida moderna gera o aumento das necessidades por produtos, cuja fabricação exige um grande consumo energético, diz Edgar Morin (2015). Para atender a esta necessidade, o mundo passou a direcionar sua atenção aos rios como fontes de energia e, para tanto, foram erguidas usinas hidrelétricas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial quando o anseio por desenvolvimento era o foco das nações, as quais obtinham o apoio dos seus governos. Como resultado, os impactos ambientais ganharam grandes proporções, agravados com os erros nas construções das barragens, como alerta Fonseca (1988) no caso do rio São Francisco.

A Bacia Hidrográfica do São Francisco³ é um forte exemplo da inoperância do poder público quanto à sua preservação, o qual vive em meio aos conflitos pelo uso da água diante de um rio cada vez mais deteriorado. O São Francisco percorre uma extensão 2.700 (dois mil e setecentos quilômetros), desde a Serra da Canastra (MG) até o Oceano Atlântico entre Piaçabuçu (AL) e Brejo Grande (SE), passando por Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, até abranger Goiás e o Distrito Federal. Divide-se, segundo características fisiográficas em Alto, Médio, Submédio e Baixo São Francisco; divisão especificada no mapa abaixo:

³ Disponível em: <[www.http://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/](http://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/)>. Acesso em 18 jun 2017.

DIVISÃO FISIAGRÁFICA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO SÃO FRANCISCO



Fonte: Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

As áreas demonstradas no mapa estão submetidas à utilização desigual dos seus recursos hídricos com a conivência do Governo Federal, como reflexo das políticas de desenvolvimento que tiveram grande volume, sobretudo, a partir dos anos de 1970, auge do período militar (1964-1985). Na ocasião exaltava-se a necessidade de integrar o Nordeste a outras regiões brasileiras a partir da referida bacia e criar uma infraestrutura para atender às indústrias. Como resultado das intervenções, Cappio, Martins e Kirchner (1995) afirmam:

Uma situação de pobreza é herança dos séculos de isolamento e exclusão das políticas públicas, mas que sempre contou com as riquezas do Velho Chico: água, peixe em abundância, terras fertilizadas regularmente para o plantio e a coleta de frutos diversos. A nova situação de pobreza é fruto do investimento de bilhões de dólares do dinheiro público em projetos⁴ que excluem a maior parte da população são-franciscana e que colocam em risco a própria sobrevivência do Rio, que é gerador de vida para seu povo (CAPPPIO, MARTINS e KIRCHNER, 1995, p. 44).

A citação acima confirma o que foi dito, pois o interesse era de modernização para o “Nordeste do ano 2000” ou “Novo Nordeste”; intuito este

⁴“Os perímetros irrigados da CODEVASF (Cia. de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) configuram-se como exemplo de tais projetos, cujas várzeas irrigadas são: Betume, Propriá e Cotinguiba-Pindoba (SE), e Itiúba e Boacica (AL) (RIEPIER, 2001)”. Texto extraído de SILVA e GUEDES, 2015a, p. 3. Para maiores informações acerca dos projetos, vide Cappio, Martins e Kirchner (1995) e Silva (2003).

calcado no *slogan* “Brasil Grande Potência” (SILVA, 2003). Um dos principais conflitos sobre o uso das águas do rio São Francisco correspondente aos impactos gerados pelas operações dos inúmeros barramentos⁵, cujas operacionalizações continuam acontecendo.

São frequentes as autorizações da Agência Nacional de Águas (ANA) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) de redução do nível fluviométrico dos reservatórios de Sobradinho e de Xingó, indo de encontro à vazão mínima de 1.300m³/s (mil e trezentos metros cúbicos por segundo), estabelecida pelo Plano da Bacia, sob o aval do CBHSF acerca do mínimo necessário para a preservação dos ecossistemas do rio São Francisco⁶.

BARRAGEM DE XINGÓ



Fonte: Disponível em: <<http://ducamendes.blogspot.com.br/2013/10/sao-francisco-rio-de-lagrimas.html>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

⁵ “Os anos de início de operação das usinas hidrelétricas de Três Marias, de Sobradinho, de Itaparica e de Xingó foram, respectivamente em: 1962, 1979, 1988 e 1994. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao/disc/getTexto.asp?s=031.4.53.O&disc=26/2/S>>. Acesso em: 05 jan. 2015 e Disponível em: <http://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/Nossa_Historia/Paginas/Usinas_Hidreletricas.aspx>. Acesso em: 05 jan. 2015. Texto extraído de SILVA e GUEDES, 2016, p. 5. A região à jusante do reservatório de Xingó, até a foz corresponde à área de estudo.

⁶ Com base em DAMASCENO, (2017), texto não publicado. Segundo a autora, “Ainda no início de sua atividade, a partir de 2001, o CBHSF estabeleceu como vazão mínima de restrição o volume de 1.300 m³/s (mil e trezentos metros cúbicos por segundo). Este valor foi estabelecido de forma provisória, até que fossem feitos os necessários estudos sobre impactos ambientais decorrentes das operações de barragens – indicados pelo Plano Decenal da Bacia do São Francisco” [DAMASCENO (2017), texto não publicado].

O reservatório de Xingó situa-se entre os municípios de Canindé (SE) e Alagoas (AL) e em maio de 2017 foram realizados testes para a redução de vazão de 700 m³/s para 600 m³/s. Segundo a CHESF, os testes não vêm apresentando problemas, conforme relata em circular de 15 de maio do corrente ano⁷; o que demonstra seu desinteresse pelas condições socioambientais diante dos impactos visíveis.

Não somente a água é regulada pelo setor energético, mas a distribuição equitativa está sujeita aos desvios para os setores industrial e agrícola; contribuindo estes últimos também para a poluição dos corpos d'água (FONSECA, 1988 e SILVA, 2003).

A redução abaixo do nível fluviométrico do que é minimamente tolerável para o ecossistema e para os usos múltiplos da água tem acentuado os conflitos, sobretudo, devido aos prejuízos econômicos causados à população ribeirinha⁸, colocando em destaque o não cumprimento do estabelecido por legislação brasileira (Lei 9.433/1997).

O argumento das agências governamentais para tais práticas está na escassez hídrica, principalmente, no Sudeste e Nordeste do Brasil⁹. Não se ignora aqui a questão climática, porém apontamos como fator primordial para que o rio continue “morrendo” a insistência do poder público em fazer jus ao desenvolvimento de setores específicos, como o elétrico.

Não esqueçamos que a questão da água integra a pauta de discussões não somente nos âmbitos nacional e regional, bem como a nível internacional face à gravidade do tema que pode gerar conflitos de maiores proporções. O Brasil já vem convivendo com conflitos internos acerca do seu uso e o São Francisco configura-se como importante exemplo. Segundo Morin (2015):

⁷ CHESF. **Teste de redução da vazão mínima do Rio São Francisco para 600 m³/s**. Fax circular de 15 de maio de 2017.

⁸ Com base em DAMASCENO (2017), texto não publicado.

⁹ Disponível em: < <http://www2.ana.gov.br/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 17 jun. 2017.

A água tornou-se limitada a nível local e global. As regiões temperadas, das quais a França faz parte, também enfrentarão problemas de quantidade e de qualidade da água; 85% do volume dos rios da França estão poluídos. No mundo inteiro, os lençóis freáticos continuam a baixar perigosamente em virtude das captações excessivas destinadas à agricultura e às atividades industriais, principalmente nos Estados Unidos, na China e na Índia (MORIN, 2015, p. 118).

Relevante preocupação é se há como compatibilizar desenvolvimento com preservação ambiental, como aponta Eli da Veiga (2010). Para o autor, “o modelo de desenvolvimento econômico que os países capitalistas adotam exaure o máximo de recursos naturais sob o discurso de levar o ‘desenvolvimento’ a diversas regiões”¹⁰

Por outro lado, para Morin (2015), tem ocorrido um aumento de uma consciência ecológica diante de desastres ambientais, mas ainda sofrendo as barreiras impostas por instituições voltadas para atender às vontades das empresas e de governos. O autor alerta ainda para a necessidade de um órgão mundial da água que estivesse à frente da resolução de conflitos; além de que tenta despertar a necessidade de equilíbrio ambiental para que barragens não comprometam o fornecimento deste recurso à população.

Fato é que o desgaste dos recursos ambientais como decorrência do modelo de desenvolvimento excludente alcançou o rio São Francisco. A construção em cascata das usinas hidrelétricas ao longo da bacia hidrográfica, principalmente, no período militar (1964-1985), já era demonstração da falta de interesse governamental pelos aspectos ambientais e pela sobrevivência dos ribeirinhos, refletindo no fim da rizicultura, no prejuízo à exploração pesqueira e na navegação (SILVA, 2003).

¹⁰ Texto extraído de SILVA e GUEDES, 2015b.

2 O papel da ONG Canoa de Tolda e do CBHSF no Baixo São Francisco

Convém frisar que o Baixo São Francisco¹¹ tem sofrido danos socioambientais por conta das ações do poder público ao longo da bacia hidrográfica. Um desses danos é o aparecimento de “croas” ou “coroas”, como chamam os ribeirinhos. Estas podem ser visualizadas a seguir:

CROAS NO BAIXO SÃO FRANCISCO



Fonte: Sociedade Canoa de Tolda, 2016.

Essas “ilhas”, como também são conhecidas, são formadas por sedimentos que as regularizações de descida e de subida terminam levando pela calha do rio; ao tempo que a mata ciliar vai sendo destruída. Esse é um dos alertas que tem sido feito pela ONG Canoa de Tolda¹²:

¹¹ Área que perfaz 32.013 km² de extensão entre os Estados de Alagoas e Sergipe, indo de Piranhas (AL) e Canindé (SE) até Piaçabuçu (AL) e Brejo Grande (SE). Caracterização Geral da bacia Hidrográfica do rio São Francisco. Disponível em: <<http://www.semarh.se.gov.br/comitesbacias/modules/tinyd0/index.php?id=48>>. Acesso em 27 agos. 2015.

¹² A ONG Canoa de Tolda foi criada em 1997 e oficialmente em 1998, sendo seu nome derivado da embarcação característica do Baixo São Francisco: a canoa de tolda, sendo a Luzitânia um exemplar sob os cuidados da referida entidade. “A canoa de tolda Luzitânia, embarcação cargueira à vela e específica da região, é a única canoa tradicional que ainda navega pelo Baixo São Francisco e que foi tombada pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 2010 graças à atuação da ONG que a adquiriu em 1999. Os esforços da ONG, que perduram dez anos, serviram para garantir a preservação do seu valor etnográfico e histórico, segundo o Presidente da ONG em 13 de julho de 2015”. Texto extraído de SILVA e GUEDES, 2015a, p. 8.

Com a regularização a 600 o mar, que já domina a dinâmica da foz, irá mais e mais acelerar os processos erosivos, de salinização do estuário [...] etc. e potencializar os impactos de situações de ondulações que irão impactar as zonas marginais¹³.

Com a invasão do mar em Brejo Grande (SE) e Piaçabuçu (AL) a água tem se tornado imprópria para o consumo doméstico e uso animal, modificando o ecossistema, o que fez desaparecer espécies de peixes da região, além de terminar por destruir a rizicultura, justificando a luta da ONG Canoa de Tolda pelas condições de sobrevivência dos ribeirinhos.

A preservação e a recuperação da mata ciliar são indispensáveis para o controle do quadro erosivo, amenizaria os danos dos movimentos de subida e descida do nível da água a partir das determinações das agências governamentais. De acordo com Zelhuber e Siqueira (2009), a mata ciliar é fundamental para o equilíbrio natural, servindo também como espécie de filtro dos resíduos agrotóxicos provenientes da agricultura irrigada, outro setor destacado pelo Governo Federal quando o assunto é quem deve “ganhar” com as águas do São Francisco.

Uma das formas de diagnóstico dos danos ambientais é a elaboração de relatórios técnicos de cunho socioambiental a partir de campanhas de navegação¹⁴, e uma das constatações é justamente a da salinização¹⁵ do rio e

¹³ Informação obtida junto ao Presidente da ONG Canoa de Tolda, Carlos Eduardo Ribeiro Júnior, projetista e construtor naval, em 17 jun. 2017.

¹⁴ “Para a realização das campanhas e relatórios, a ONG Canoa de Tolda contou com o conhecimento de uma equipe técnica transdisciplinar de instituições de ensino e de pesquisa como: a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Federal de Alagoas, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade Federal de Sergipe e a Universidade Federal Rural de Pernambuco. A campanha de 2013 foi a primeira iniciativa do CBHSF (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco) em busca de se obter dados sobre as mudanças socioambientais no Baixo São Francisco. Entretanto, as campanhas/relatórios de 2014 e 2015(nestas houve a participação de membros do Instituto Federal de Sergipe) não tiveram a participação do CBHSF diante da saída da ONG do referido comitê em 2013 por não visualizar uma efetiva gestão descentralizada e participativa”. Texto extraído de SILVA e GUEDES, 2015a, p.8.

¹⁵ Em 20 de junho de 2017, o CBHSF fez menção ao agravamento da salinização no Baixo São Francisco, afetando, principalmente, os moradores de Brejo Grande (SE) e Piaçabuçu (AL), chegando a ter casos de prejuízo à saúde neste último município. A salinização, ainda mais

do surgimento das “croas” que dificultam a navegação, uma das atividades econômicas que os ribeirinhos ainda contam, mesmo com dificuldades. Com base nestes relatórios, Silva e Guedes (2015b, p. 5) afirmam que:

antes das barragens o rio seguia seu curso mar adentro na foz, mas com a redução da vazão do rio após a construção das barragens, tem ocorrido a invasão do mar nas áreas próximas a foz. Além da salinização da água, que a torna imprópria para o consumo e uso doméstico, esta invasão contribui para a erosão e o acúmulo de sedimentos em excesso, formando bancos arenosos no leito do rio, também conhecidos como “croas”, dificultando outra atividade econômica da região: a navegação. Os ribeirinhos utilizam hoje barcos de baixo calado (pequenas canoas, botes e lanchas) para a pesca, para o transporte de mercadorias e de pessoas, sendo inviável o uso de grandes embarcações, como se fazia uso há 40 anos.

Ao tempo que a regularização do rio é posta em prática, o Governo Federal divulga o “interesse” em revitalizar o São Francisco que, aos olhos da ONG Canoa de Tolda, não passa de barganha para o apoio à transposição¹⁶ de suas águas; opinião também demonstrada por Zelhuber e Siqueira (2009) ao afirmarem que:

O programa de revitalização do governo federal é tímido, não vai às raízes profundas, funciona mais como ‘moeda de troca’ da transposição, oferecida aos críticos dessa e ao povo da Bacia que resiste a aceitá-la (ZELHUBER e SIQUEIRA, 2009, p. 1).

elevada com a redução da vazão para 600 m³/s, não tem sido medida pela CHESF, como informa a própria agência governamental. BARROS, Delane. A salinização do São Francisco atinge Sergipe. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/a-salinizacao-das-aguas-do-sao-francisco-atinge-sergipe/>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

¹⁶ “As obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco passam pelos seguintes municípios no Eixo Norte: Cabrobó, Salgueiro, Terranova e Verdejante (PE); Penaforte, Jati, Brejo Santo, Mauriti e Barro (CE); em São José de Piranhas, Monte Horebe e Cajazeiras (PB). Já no Eixo Leste, o empreendimento atravessa os municípios pernambucanos de Floresta, Custódia, Betânia e Sertânia; e em Monteiro, na Paraíba” (Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/entenda-os-detalhes>>. Acesso em: 19 jun. 2017).

Justamente um dos problemas enfrentados pela ONG Canoa de Tolda na Reserva Mato da Onça (RMO) está no acesso às mudas de plantas nativas junto à CHESF. Este órgão chegou a disponibilizar algumas espécies para o reflorestamento; no entanto, o informativo “Pelos Carreiras”¹⁷, de iniciativa da Canoa de Tolda, noticia em agosto de 2016 a suspensão do fornecimento pela CHESF, feita sem comunicação oficial. O que resta à entidade civil é a coleta de espécies que ainda há na caatinga para criação no Viveiro Mato da Onça, o que demanda mais trabalho e, sobretudo, tempo.

Outro problema é quanto à irrigação, pois aguarda o sistema de captação/abastecimento que deveria ser disponibilizado pela Codevasf, principal instituição encarregada do Programa de Revitalização do São Francisco, estando o programa de restauro da mata ciliar pela ONG a mercê da irrigação manual; o que significa que o plantio fica restrito a áreas pontuais da RMO¹⁸. Esta Unidade de Conservação¹⁹ é uma tentativa de luta pela preservação do que resta de biodiversidade no Baixo São Francisco, região entre os Estados de Alagoas e Sergipe, onde deságua. E mesmo com as dificuldades tem dado continuidade às ações na RMO, inclusive, com o plantio de frutos que possam beneficiar o mercado interno e, assim, estimular o aspecto socioeconômico da região.

No âmbito do MMA (Ministério do Meio Ambiente), o Programa de Revitalização da Bacia do rio São Francisco foi criado em 2004, envolvendo o

¹⁷ SOCIEDADE SOCIOAMBIENTAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO – CANOA DE TOLDA. **Pelos Carreiras**, n.º 15, agos. 2016. Disponível em: <<https://issuu.com/canoadetolda/docs/pelascarreiras>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

¹⁸ Com a colaboração do IMA (Instituto de Meio Ambiente de Alagoas), foi dado início o mapeamento de fauna silvestre da região. SOCIEDADE SOCIOAMBIENTAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO – CANOA DE TOLDA. **Pelos Carreiras**, n.º 18, nov. 2016. Disponível em: <<https://issuu.com/canoadetolda/docs/pelascarreiras>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

¹⁹ Com o foco na revitalização, a ONG tem atuado na “implantação e do restauro da Reserva Mato da Onça, situada no município alagoano de Pão de Açúcar. Em 2015, foi iniciado o trabalho de plantio de mudas, a exemplo do “Pau d’ Arco”, que já foi matéria prima na construção naval da região. A reserva possui 45 hectares com 600 metros de rio e abrigará a nova sede¹⁹ da ONG, além de um estaleiro e outras instalações” (SILVA e GUEDES, 2015, p. 9).

Ministério da Integração Nacional, dentre outros. Entre os principais parceiros, destacam-se a Codevasf, a ANA, o Ibama, Universidades Federais e o CBHSF. Com prazo de execução de vinte anos, é uma política pública de articulação e integração permanente que deveria envolver muito mais a população local e os governos federal, estadual e municipal (CBHSF, 2017)²⁰.

O que se constata é que o programa está distante de tentar “devolver” as características físicas do rio e incentivar a participação dos ribeirinhos, representados por colônias de pescadores, interessadas, muitas vezes em benefícios pessoais ou por não deterem o real conhecimento das necessidades dos “beiradeiros”, devido à falta de interesse. Entretanto, alguns alegam a falta de mais conhecimento porque as informações não chegam ao Baixo São Francisco.

Com base em dados veiculados pelo CBHSF, Damasceno (2017)²¹ afirma que a luta pela revitalização da bacia do rio São Francisco emergiu a partir da edição do Decreto Presidencial de 5 de junho de 2001²². O Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco tem o objetivo de tentar solucionar os problemas socioambientais.

E ainda conforme os estudos que vêm sendo realizados por Damasceno (2017), após anos de críticas a obras inacabadas, foi lançado, pela Presidência da República em 2017, o novo programa de revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco, intitulado “Novo Chico”, com previsão de receber do Governo Federal investimentos, inicialmente, da ordem de R\$ 6 bilhões,

²⁰ Com base em DAMASCENO, (2017), texto não publicado.

²¹ Texto não publicado. Para maiores informações vide: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/>>. Acesso em 19 jun. 2017.

²² O referido Decreto foi revogado pelo Decreto n.º 8.834 de 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/2001/Dnn9223.htm>. Acesso em 19 jun. 2017.

focando em ações prioritárias de recuperação da qualidade e quantidade da água²³.

Os anos de mau uso do rio realmente exigem do poder público ações mais efetivas para o alcance de um nível satisfatório de recuperação ambiental. No entanto, de acordo Zelhuber e Siqueira (2009), um grande problema está na “timidez” do programa de revitalização quanto à disponibilidade de dados, os quais devem ser colhidos continuamente acerca da qualidade da água, para citar um exemplo da fragilidade do processo. E afirmam ainda:

Os principais usos econômicos do São Francisco – produção de energia e agricultura irrigada – bem como os outros usos de seus recursos naturais, tais como mineração, carvoarias e siderurgia, remetem à permanência de um modelo de exploração econômica, que se não for substancialmente modificado, de nada adiantará esforços de revitalização (ZELHUBER E SIQUEIRA, 2009, p. 1).

De acordo com a ONG Canoa de Tolda²⁴, os atuais (2017) 600 m³/s de vazão de defluência demonstram o quanto torna mais difícil devolver a vida ao São Francisco ao tempo que desvios no curso do rio são postos em prática. Ainda segundo esta entidade há a necessidade de ações mais efetivas no sentido de revitalizar a partir de um compromisso maior e com mais qualidade acerca do plantio de mudas para a formação da mata ciliar, dentre outras ações.

A entidade civil tem visualizado a gravidade do desequilíbrio ambiental e da necessidade de uma visão sustentável no trecho baixo do rio São Francisco. A própria ideia de sustentabilidade ou qualquer outro princípio que respeite os ecossistemas demanda tempo para que seja firmado e tenha resultados

²³ Com base em DAMASCENO, (2017), texto não publicado. Para maiores informações, vide: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

²⁴ “A Canoa de Tolda [...] se mantém a partir de recursos próprios, obtidos por editais públicos, a exemplo os do Minc (Ministério da Cultura) e o do microprojeto do Consulado da Alemanha em Recife (PE). A entidade é integrada por Carlos Eduardo Ribeiro Júnior (Presidente), Daiane Fausto dos Santos (Tesoureira) e demais membros de diversas instituições de ensino e pesquisa, de acordo com o Presidente da ONG Canoa de Tolda em 13 de julho de 2015”. (SILVA e GUEDES, 2015a, p. 2).

concretos, por isso a cobrança antiga junto ao poder público quanto à formação da APA Federal da Foz do São Francisco, apresentando ao IBAMA “proposta de estabelecimento da APA, que abrange os municípios sergipanos de Pirambu, Ilha das Flores, Brejo Grande e Pacatuba. Contudo, como se pode concluir a partir da referência abaixo, nada foi feito” (SILVA e GUEDES, 2015, p. 9).

A questão da APA [...] da Foz do São Francisco continua relegada ao fundo da gaveta pelo governo de Sergipe [...] o projeto da APA federal (elaborado pelo Ibama) está arquivado em Brasília. Enquanto isso, temos uma área de preservação permanente (manguezais, remanescentes de mata atlântica, dunas) entregue a diversas atividades impactantes [...]²⁵.

Outro ponto de atuação da referida ONG refere-se aos questionamentos acerca do posicionamento do CBHSF. O Comitê foi criado em 2001 como resultado da Lei das Águas (Lei 9.433/1997), a qual determinava a gestão participativa e descentralizada, baseada nas peculiaridades de cada bacia hidrográfica, uma vez unidade de gestão. Para tanto, o comitê teria que “ouvir” as demandas do poder público, dos usuários e da sociedade civil, devendo levar em consideração que a água é de domínio público; que deve atender à coletividade, sendo de caráter difuso por ser elemento indispensável à vida e ao equilíbrio ambiental (FERREIRA e FERREIRA, 2006).

A ONG Canoa de Tolda acredita que a água do rio é fonte de vida dos ecossistemas e por isso tece críticas a este sistema de gestão compartilhada, alegando que o rio São Francisco não possui quantidade de água suficiente. Sendo assim, torna-se impraticável atender às várias demandas²⁶; situação agravada pelas intervenções das agências governamentais que privilegiam o setor elétrico e da agricultura irrigada. Diz ainda que a Lei 9.433/1997 não está

²⁵ RIBEIRO JÚNIOR, C. E. & ANDRADE, P. P. **A Margem**, março/abril de 2009. Brejo Grande, Sergipe, p. 2 *apud* SILVA e GUEDES, 2015, p. 9.

²⁶ Com base em Damasceno (2017), texto não publicado.

sendo posta com acuidade no tocante aos usos múltiplos da água, prejudicando as formas de sobrevivência econômica, como a pesca, a agricultura de subsistência e a navegação.

Por outro lado, o comitê veicula sua atuação na revitalização a partir de projetos hidroambientais, como se pode perceber a seguir:

Mais de 49 mil mudas já foram plantadas pelo Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco como resultado dos 44 projetos hidroambientais implantados pela entidade com recursos da cobrança pelo uso da água. Desde 2012, as obras de recuperação hídrica são realizadas ao longo do território do Velho Chico, ultrapassando investimentos da ordem de R\$ 30 milhões²⁷.

O comitê se ressentido da falta de maiores investimentos para ações permanentes ao longo da bacia hidrográfica e de medidas não estarem sendo cumpridas pelo Governo Federal, como afirma consultora do Ministério Público da Bahia. Para ela, outro problema enfrentado é a dificuldade em atender membros com objetivos diferenciados, tendo em vista seu caráter plural²⁸.

De toda forma, a preocupação da ONG é que o comitê possa não estar tão comprometido no atendimento aos anseios dos usuários mais empobrecidos, sobretudo, do Baixo São Francisco, local onde se reflete os grandes erros, considerado por Silva (2003), como “lixeria terminal”.

3. Considerações finais

A revitalização das bacias hidrográficas passou a ser tema recorrente na sociedade civil. Um dos motivos das discussões sobre a temática refere-se à transposição do rio São Francisco, o que aparenta ser contraditório desviar

²⁷ Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/comite-planta-mudas-na-bacia/>. Acesso em 19 jun. 2017.

²⁸ Informações obtidas junto a consultora do Ministério Público, Ângela Damasceno em 2 de junho de 2017.

água de um rio que já vem sendo comprometido desde a década de 1970, quando se tornou alvo das políticas públicas de desenvolvimento.

O que se percebe são ações paliativas que não resolvem a situação do “Velho Chico”, sem levar em conta os verdadeiros fatores da degradação socioambiental. O que preocupa é que medidas pontuais estão abaixo do minimamente suficiente quando se tem um modelo de desenvolvimento bastante predatório.

Inserida na necessidade de um olhar sobre o todo, que engloba toda a bacia, está a situação do Baixo São Francisco, devendo ocorrer a indispensável revisão no possível posicionamento quanto aos que são os maiores prejudicados: o rio e a população ribeirinha. Os ribeirinhos deveriam ser mais “ouvidos” nas instituições, como o comitê de bacia que, ao que parece, tem dificuldades em compatibilizar as diferentes demandas mesmo afirmando apoiar o uso múltiplo e a urgência da revitalização do rio.

Apesar da Lei 9.433/1997 ser importante instrumento de gestão das águas estabelecido pelo Governo Federal, este chega a descumprir o que determina a legislação em benefício ao setor elétrico e de agricultura irrigada. Com base na referida lei, a ONG tem afirmado a necessidade de respeitar os usos múltiplos da água, lutando pelos interesses econômicos dos ribeirinhos. Para tanto, não vê outra forma como atuar na preservação da biodiversidade presente no Baixo São Francisco e cobrar a atuação mais efetiva do poder público e do CBHSF.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: informe 2014. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

BARROS, Delane. A salinização do São Francisco atinge Sergipe. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/a-salinizacao-das-aguas-do-sao-francisco-atinge-sergipe/>>. Acesso em: 21 jun. 2017.

BRASIL. **Lei n.º 9.433, de 08 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9433.htm>. Acesso em: 20 jun. 2015.

CAPPIO, Luiz Flávio, MARTINS, Adriano e KIRCHNER, Renato (Orgs.). **Rio São Francisco: uma caminhada entre a vida e a morte**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CEMIG. **Usinas hidrelétricas**. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/pt-br/a_cemig/Nossa_Historia/Paginas/Usinas_Hidreletricas.aspx>. Acesso em: 05 jan. 2015.

CHESF. **Teste de redução da vazão mínima do Rio São Francisco para 600 m³/s**. Fax circular de 15 de maio de 2017.

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO. **A bacia: principais características**. Disponível em: <<http://cbhsaofrancisco.org.br/a-bacia/>>. Acesso em: 25 ago. 2016.

_____. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (2004-2013)**. Módulo 1. Salvador, 28 de junho 2004.

DAMASCENO, A. P. D. **Controle social e o papel do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco**. 2017. Texto não publicado.

Disponível em: <<http://www2.ana.gov.br/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 17 jun. 2017.

Disponível em: <http://cbhsaofrancisco.org.br/comite-planta-mudas-na-bacia/>. Acesso em 19 jun. 2017.

Disponível em: <<http://ducamendes.blogspot.com.br/2013/10/sao-francisco-rio-de-lagrimas.html>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

Disponível em: <<http://www.google.com.br>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/web/projeto-sao-francisco/entenda-os-detalhes>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

Disponível em:

<<http://www.semarh.se.gov.br/comitesbacias/modules/tinyd0/index.php?id=48>>.

Acesso em 27 agos. 2015.

FERREIRA, Gabriel Luis B. V. e FERREIRA, Natália B. V. **Fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos**. Disponível em: http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/810.pdf. Acesso em: 15 jun. 2017.

MORIN, Edgar. **A via: para o futuro da humanidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

NASCIMENTO, Melchior ; RIBEIRO JÚNIOR, Carlos Eduardo e AGUIAR NETTO, Antenor de Oliveira. **Relatório técnico da campanha de avaliação das mudanças socioambientais decorrentes da regularização das vazões no baixo rio São Francisco**. Maceió, 2013.

RIEPEP, Ana. **Imagens do Baixo São Francisco: a percepção da paisagem na construção da identidade da população ribeirinha**. 2001. 142f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Aracaju.

RIBEIRO JÚNIOR, Carlos Eduardo e ANDRADE, Paulo Paes de. **A Margem**. Brejo Grande, Sergipe, mar./abr., 2009.

RIBEIRO JÚNIOR, Carlos Eduardo (Org.). **Campanha de avaliação dos impactos na navegação de longo curso no Baixo São Francisco durante o período de vazões reduzidas – dezembro de 2013/janeiro de 2014: relatório final**. Brejo Grande, SE: Canoa de Tolda, 2014.

_____ e SANTOS, Daiane Fausto dos. (orgs.). **A navegação de longo curso no trecho Baixo do Rio São Francisco em regime de redução de vazões de defluência a partir de Sobradinho: navegações em janeiro a abril de 2015**. Brejo Grande, SE: Canoa de Tolda, 2015.

SILVA, Tania E. M. da. Irrigação, desenvolvimento rural e meio ambiente: a ação da CODEVASF no Baixo Sergipano. In: SILVA, Tânia Elias Magno da e LOPES, Eliano Sérgio Azevedo (Orgs.). **Múltiplos olhares sobre o semi-árido nordestino: sociedade, desenvolvimento, políticas públicas**. Aracaju, SE: Fundação de Amparo à Pesquisa de Sergipe, 2003.

_____ e GUEDES, Cristiane Montalvão. **Cultura, meio ambiente e modernização: navegabilidade e identidade cultural ameaçadas no Baixo São Francisco**. Texto apresentado no III Congresso Uruguayo de Sociología, 2015a.

_____. **Meio Ambiente, Modernização e Desenvolvimento:** a luta pela vida no Baixo São Francisco e a atuação da ONG Canoa de Tolda. Texto apresentado no XXX Congresso latinoamericano de Sociologia, 2015b.

_____. **Recursos naturais, desenvolvimento e modernização:** as consequências sociais e ambientais no curso inferior do rio São Francisco no Brasil. Texto apresentado no 3rd ISA (International Sociological Association) Forum of Sociology, Áustria, 2016.

SOCIEDADE SOCIOAMBIENTAL DO BAIXO SÃO FRANCISCO – CANOA DE TOLDA. Disponível em: < http://canoadetolda.org.br/?page_id=20>. Acesso em 04 nov. 2013.

_____. **Pelas Carreiras**, n.º 18, nov. 2016. Disponível em:< <https://issuu.com/canoadetolda/docs/pelascarreiras>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável:** uma utopia? [vídeo]. 56 min. e 36 seg., 31 ago. 2010b. Disponível em: < <HTTP://www.youtube.com>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

_____. **Meio ambiente e desenvolvimento**. 4. ed. São Paulo: Editora Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), 2012.

ZELLHUBER, Andrea e SIQUEIRA, Ruben. **Rio São Francisco em descaminho:** degradação e revitalização. Disponível em: < http://www.cptba.org.br/joomla15/download/artigos/sf_em_descaminho_ceas.pdf>. Acesso em 14 jun. 2017.